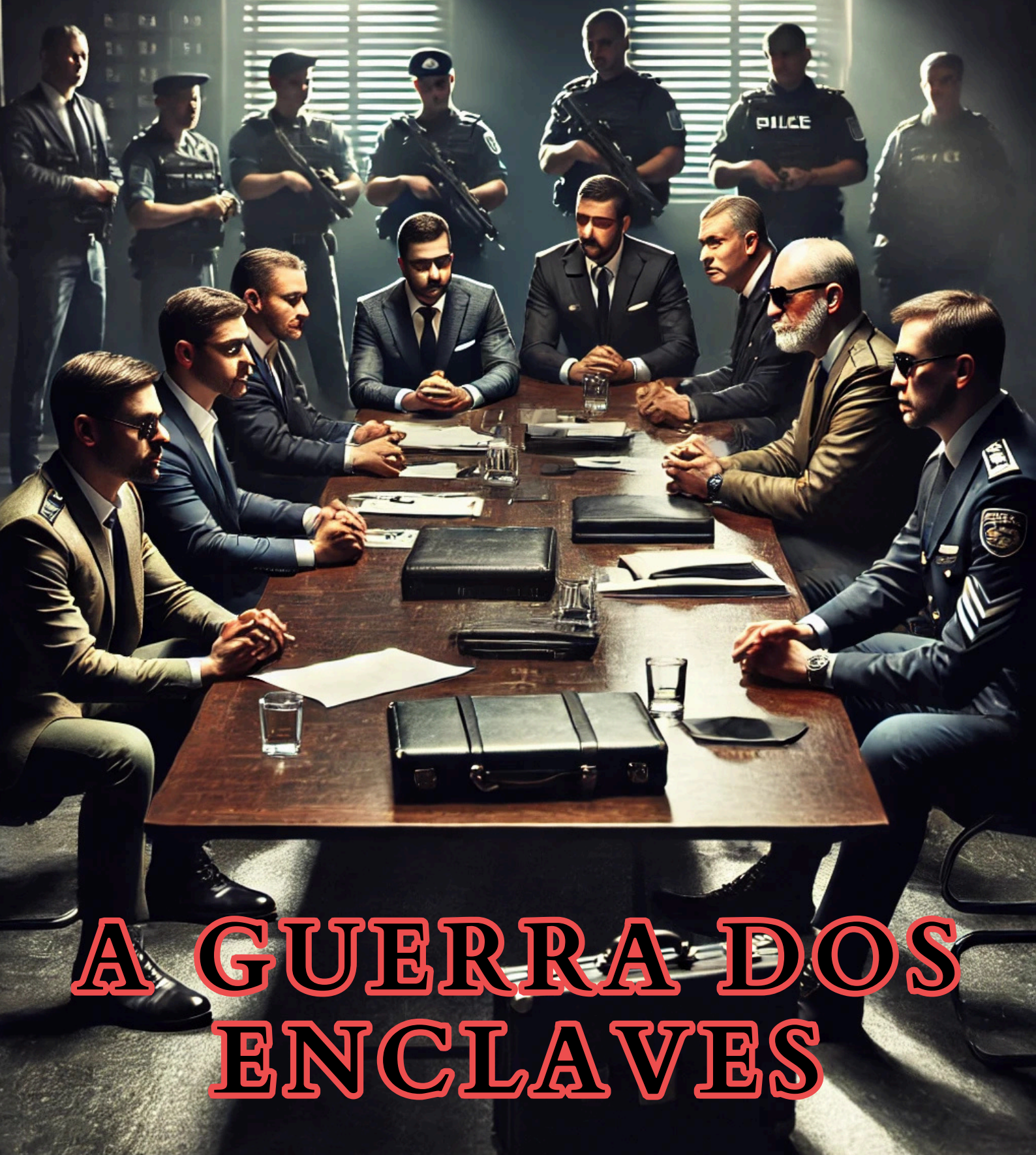


REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. IV | Nº 52 - MARÇO 2025



A GUERRA DOS ENCLAVES

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Editora Adjunta
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Edson Araujo
Erika Figueiredo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta
Neto Curvina

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. IV – Nº 52
Março de 2025
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, professor de Direito, idealizador do projeto Direito nas Escolas, autor do livro: Direito nas Escolas e Diretor na Associação Brasileira de Juristas Conservadores

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spofy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

NETO CURVINA

Ministro do Evangelho, teólogo, escritor e educador, Autor do livro: "A Velha Desordem Mundial: a teologia do caos".

ERIKA FIGUEIREDO

Promotora de Justiça. Escritora, Professora/Palestrante. Colunas Tribuna Diária/Conservador Parahyba.

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

A guerra dos enclaves



A Grécia antiga, conhecida por seus habitantes como Hellas, diferente daquele que vemos nos dias atuais, pois, naquele tempo, o que hoje conhecemos como Grécia era uma região composta por cidades-estados de forma que, os centros urbanos gozavam de soberania, pois os cidadãos livres, que participavam ativamente da política, não possuíam vínculos com quaisquer outras cidades, logo, havia uma total independência entre uma cidade-Estado e as outras.

Evidentemente, as terras próximas de uma determinada cidade-Estado estavam sujeitas à influência daquela e, por vezes, a ausência clara de fronteiras fazia com que duas das figuras soberanas disputassem o território que consideravam como seu. A existência clara entre fronteiras faz com que nações não precisem se digladiar em disputa por porções de terras, por outro lado, a definição das fronteiras pode ser questionada com base em inúmeros argumentos.

Se por um lado uma fronteira pode ter surgido com base em um determinado marco geográfico, como é o caso das fronteiras fluviais, destacando-se o Rio Danúbio, responsável por dividir diversos países do leste europeu e as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, ao sul do continente americano. Por outro lado, há fronteiras que surgiram com base em tratados, sendo resultado de guerras ou não. Nenhuma fronteira é inquestionável, podendo uma nação reivindicar uma alteração sob os mais diversos argumentos.

Leandro Costa

Usualmente, para que um país alegue que a fronteira não deveria ser estabelecida em determinado ponto, seus líderes levantarão questões históricas ou a presença de uma população que se considera integrante do povo da nação que não detém a soberania em determinado território.

A Bolívia, eventualmente, reivindica seu acesso ao mar, ora perdido para o Chile em batalha, questionando o resultado do episódio, de maneira que, busca que o governo chileno reconsidere a anexação da região que ocorrera há mais de um século, todavia, não existem relatos recentes de que a Bolívia tenha ameaçado uma ação beligerante com o fim de reaver tal território.

A Venezuela, por sua vez, deixa evidente que está disposta a recorrer ao uso da força para mover a fronteira da Região do Essequibo, buscando invalidar o tratado que definiu ser da Guiana a maior parte da aludida região, de maneira que, a ditadura bolivariana pretende, mesmo se isso der início a uma guerra, se apossar de todo o território, o que inclui parte que pertence ao Brasil, para satisfazer a sanha do ditador, talvez como meio de concentrar os esforços da população em uma guerra vazia que visa, tão somente, o enriquecimento do déspota que ocupa o poder, a despeito dos males que o próprio governo narcossocialista impôs ao povo daquele país.

Uma outra reivindicação, está levada a cabo por ação beligerante, foi feita pela Rússia em relação à Criméia e, posteriormente, às regiões de Lugansk e Donbasse, em face da Ucrânia, cujo fundamento apontado pelo ditador russo era a proteção dos russos étnicos que habitavam a região, alegando que a Ucrânia, sofrendo grande influência do ocidente e contaminada por uma espécie de neonazismo, tomava medidas enérgicas contra grupos separatistas que pretendiam anexar tais territórios à grande potência vizinha, colocando em risco a integridade dos russos étnicos que ali viviam.

Embora Moscou patrocinasse ativamente os separatistas, por isso, após seu fracasso decidiu assumir que a intentada dos supostos guerrilheiros era, na verdade, uma ação da própria Rússia, o temor em relação da aproximação da Ucrânia com o ocidente restou evidente quando o país do leste europeu decidiu se candidatar ao posto de membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o que impediria uma ação da Rússia contra a Ucrânia sem, em tese, sofrer a retaliação de outros membros da organização.

Uma reivindicação ainda mais acentuada, embora ainda não tenha resultado em uma ação militar declarada, é da ditadura chinesa em relação à Taiwan, na qual, o governo socialista de Pequim apenas instiga um possível ataque, provocando seu alvo para desgastar a confiança do povo taiwanês em seus líderes. A questão de Taiwan difere das demais reivindicações ora apresentadas por conta de um ponto central, a China não pretende anexar parte do território de Taiwan, desejando assumir o controle total da soberania da ilha, de forma que o Estado taiwanês deve ser extinto caso a gigante ditadura asiática concretize seu desejo.

Leandro Costa

A soberania permite que seu detentor, sendo o povo, uma ditadura ou qualquer outro regime de governo, exerça sobre aquele território o poder em caráter absoluto, estando adstrito às regras preestabelecidas em sua norma fundante, quando ela existir. Um Estado soberano, em regra todos o são, é capaz de se autogerir, criar suas normas e dirimir conflitos entre seus integrantes, podendo opor-se aos desmandos externos em seus domínios.

As fronteiras podem apresentar características interessantes, mas o caso dos enclaves é algo que pode nos levar a uma reflexão sobre a questão da soberania, posto que, embora existam países que não possuem um acesso a uma rota livre, ou seja, uma saída para o mar, na qual é preciso manter uma relação comercial ou militar sem anuência de outro Estado, como a já citada Bolívia, incapaz de manter uma rota, ainda que espacial, sem a concordância de seus vizinhos, os enclaves, em se tratando de Estados, são países em que o território é totalmente circundado por outro país, não podendo manter rotas terrestres ou aéreas sem que o seu único vizinho permita.

Os enclaves mais conhecidos são o Lesoto, inserido em meio ao território da África do Sul, o Vaticano e San Marino, enclaves envoltos pelo território italiano, de maneira que, tais Estados não podem se relacionar comercial ou militarmente com qualquer país que seja sem a aquiescência dos países que os circundam. Hipoteticamente, caso Lesoto e a África do Sul iniciassem um conflito por quaisquer motivos, salvo a interferência de terceiros, isolaria o enclave, impedindo que qualquer tipo de ajuda, seja militar ou humanitária, fosse enviada àquela pequena nação.

No cenário de guerra entre Lesoto e África do Sul, se o apoio dado por outras nações se resumisse ao que ocorre na Ucrânia, envio de dinheiro e armas, o Lesoto sequer poderia receber tais contribuições, não podendo garantir seu esforço de guerra. Seria, em tal hipótese, um cerco com base na estrutura existente anterior à guerra em si. O mesmo ocorreria com San Marino em se tratando de um conflito entre tal enclave e a Itália.

O Vaticano seja talvez uma rara exceção, uma vez que seu valor inquestionável à grande parte de cidadãos de outros países faria com que diversas nações fossem compelidas a intervir e impedir que a soberania daquele país fosse ameaçada. A própria Itália, dado o considerável número de italianos que professam a fé católica, teria dificuldades em promover uma invasão ao Vaticano.

Analisando pela ótica do Vaticano, que, como observado, quase não corre o risco de sofrer um ataque por parte do país que o circunda, nota-se que o cenário se inverte, pois a Itália acaba por se tornar uma defesa do pequeno país, impedindo que uma nação estrangeira avançar sobre o Vaticano sem antes declarar guerra à Itália, tal regra também pode favorecer San Marino e o Lesoto, se estes mantiverem uma boa relação com aqueles que os cercam.

Leandro Costa

Não há como declarar guerra ao Lesoto sem que a África do Sul, ao menos, concorde com a invasão, caso contrário a nação circundante estará envolvida no confronto, servindo de barreira em favor do Lesoto, caso em que a África do Sul tornar-se-ia um obstáculo maior que as próprias defesas do país que se pretende atacar. No passado a África do Sul interviu no Lesoto para, segundo o Governo de Mandela, evitar um suposto golpe de estado, quando um dos partidos do pequeno enclave conquistou setenta e nove de oitenta cadeiras no parlamento, gerando o questionamento quanto a lisura do processo eleitoral.

Evidente que a África do Sul, governada por Nelson Mandela, não constatou grandes irregularidades no processo eleitoral do Lesoto quando partido denominado Congresso do Lesoto para a Democracia, ligado à Internacional Socialista, venceu as questionadas eleições por uma vantagem quase inimaginável. A Itália, no período da Segunda Grande Guerra, também interviu em San Marino para apoiar os fascistas, bombardeando o pequeno enclave, surgindo assim o Fascio Republicano de San Marino.

Seguindo os mesmos moldes de Mussolini, Mandela apoia seus pares ideológicos intervindo no enclave, o que prova a fragilidade e interdependência de uma nação cujo território está inserido e cercado por outro Estado. Ao que indica, a soberania de um enclave é algo frágil, quase que sujeita a aprovação daquela nação que cerca totalmente o país encravado.

Assumindo a ideia de soberania fragilizada, é inevitável se questionar se há de fato soberania, posto que, a autodeterminação independe da permissão de um ente maior, podendo aquele povo editar regras conforme sua vontade. Hipoteticamente, a soberania de San Marino que sequer tem uma força de defesa, contando apenas com forças de segurança e cerimoniais, cabendo a Itália garantir a proteção de seu território, ou até do Lesoto, que dispõe de um exército formal que está adstrito às funções de guarda real e policiamento, sendo, portanto, incapaz de se proteger de sua vizinha, podem ser questionadas. Mais uma vez, desconsideramos o Vaticano, por ser a sede da Igreja Católica e, por isso, ter a proteção dos católicos em todo o mundo, sem contar que, mesmo os ortodoxos e protestantes, naturalmente, repudiam a ideia de um ataque belicoso ao Vaticano.

A soberania permite que um ente, que pode ser representante do povo ou não, pois um ditador ou tirano podem exercê-la, possa dirimir conflitos, promover políticas e editar suas regras, podendo impô-las pelo uso da força. Um Estado soberano é capaz de impor um código de ética para o convívio e exercer a jurisdição, que é apontar a quem assiste razão em um conflito, além disso, ele se autogere, se organizando e distribuindo funções, o que não é uma prerrogativa única da soberania, mas encontra-se presente para que existam meios de legislar, julgar e governar.

Leandro Costa

Não há como negar que o crime organizado, assumindo sua face de guerrilha narcossocialista, apresenta características de Estados soberanos nas áreas sob sua influência, posto que, tais forças criam seus códigos de conduta e os impõem aos que ali vivem, contando até mesmo com julgamentos e aparato de repressão. Os senhores dos enclaves chamados favelas, são praticamente soberanos em seus territórios, ocorrendo, por vezes, intervenções do Estado que os circunda, mas sem grande repercussão, pois, são situações pontuais e cada vez mais restritas.

O Presidente salvadorenho Nayib Bukele, conhecido por suas ações drásticas contra o crime organizado em seu país, as chamadas maras, chegou a afirmar que um Estado que não combate com a máxima energia as organizações criminosas que atuam em seu território deveria ser considerado cúmplice, deixando evidente que a existência dos enclaves que são bolhas de soberania em meio à outra, só podem existir com a anuência daquele que deveria o soberano real sobre aquele território.

A narrativa de que o Estado não poderia agir com firmeza devido às violações de direitos humanos, critica que se aplica à administração de Bukele, não encontra fundamento, uma vez que, a existência de enclaves do crime em território de um país, permite que as organizações criminosas que dominam tais espaços exerçam sua soberania violando ininterruptamente os direitos humanos daqueles que estão sob o seu julgo, ainda que vivam ou circulem apenas pelos arredores, portanto, ao sobrepor o direito do membro da organização criminosa e de suas vítimas, o Estado deveria proteger aqueles que, em nenhum momento, optaram por delinquir e violar o direito alheio.

Ao alegar que as forças de segurança não podem atuar com energia com o fim de evitar violações de direitos humanos, o Estado está relegando os cidadãos, em especial os afetados pelas ações dos criminosos, à soberania dos enclaves do crime, assumindo, segundo o Presidente Bukele, uma posição como cúmplice dos algozes de seu povo. O governante salvadorenho traz à superfície uma hipótese que pode ser aterrorizando, pois, se consideradas as áreas sob o controle das organizações criminosas, cartéis organizados, hierarquizados e com códigos de ética claros, além de assumirem uma postura cultural, afirmando sua ideologia e influenciando nas práticas comerciais e de entretenimento, podemos perceber que há um distanciamento entre os cidadãos que vivem no território circundante e os que habitam os enclaves do crime.

Assumindo tal premissa, os cidadãos que vivem nos enclaves do crime podem se considerar como integrantes de outro povo, por isso, a máxima de que o outrora chamado morador do asfalto não merecia a preocupação, sendo, na visão de conflito de classe, uma classe opressora que deve ser expropriada pelos agentes da revolução, ou seja, os senhores dos enclaves com soberania parcial ou tolerada.

Se, por um lado, o Estado soberano pode atuar contra as organizações criminosas que atuam em seu território, cercando-as e assumindo o controle das áreas sob suas influências, também é importante

Leandro Costa

dizer que, ao deixar de investir contra as facções, mesmo que fundamentando na narrativa dos direitos humanos que só alcançam o lado dos membros do crime organizado, o Estado estaria servindo de escudo para que outras forças não pudessem atuar no sentido de reprimir as organizações criminosas.

Observando tal impasse, abraçando a teoria do Chefe de Estado de El Salvador, assim como a Itália serve de proteção para um possível ataque contra San Marino e o Vaticano, e a África do Sul teria o mesmo papel em se tratando do Lesoto, poder-se-ia imaginar que o Brasil desempenha a mesma função quando em se tratando das organizações narcossocialistas, como o Primeiro Comando da Capital, o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e os grupos paramilitares denominados milícias, além de outras facções menores que, por ventura, assumam igual papel.

É evidente que a ideologia socialista abrigou em seu seio, tais facções, algo esperado uma vez que foi tal pensamento político que outrora deu vida ao que hoje são as guerrilhas narcossocialistas, portanto, não seria absurdo, após refletir a respeito da fala de Bukele, que Estados como o México são associados e protetores dos cartéis que lá habitam, confirmando a hipótese que as facções no Brasil são enclaves que gozam do reconhecimento parcial e da proteção indireta do Estado, algo que fica ainda mais sombrio se observadas as políticas de enfrentamento ao crime organizado por parte de políticos de viés marxista ou social-democratas, como o nada saudoso Leonel Brizola, a quem se atribui uma diretriz de recuo das forças de segurança e o “abandono” das áreas ocupadas pelo crime organizado.

Quando houve, ao menos em proposta, a ideia de enfrentamento mais enérgico em face do crime organizado, uma legenda socialista recorreu ao Poder Judiciário para impor limites à atuação policial apenas no Rio de Janeiro, criando uma espécie de regramento que protegia apenas as organizações criminosas que atuam naquele ente federativo, o que parece uma resposta à promessa de enfrentamento ao crime que pode ter sido um dos fatores que elegeu o chefe do governo fluminense no ano anterior.

Se as facções lutam pelo controle territorial e, uma vez assumindo-o, passam a impor seu código de conduta, explorar atividades mercantis, lícitas ou não, além de influenciarem diretamente na cultura, tais grupos arregimentam soldados entre os jovens locais e alimentam a narrativa de que as forças de segurança acabam por ceifar a vidas de uma juventude periférica que a própria guerrilha revolucionária levou para o fronte, romantizando a criminalidade e assediando com dinheiro e poder os incautos, dando aos que pretendem frear a atuação coercitiva dos agentes de segurança, elementos que justifiquem a interrupção total ou parcial do enfrentamento ao crime.

Os senhores dos enclaves, por sua vez, percebem que podem exercer o poder em seu território através da força e avançam sobre as áreas que circundam, expandindo suas atividades para localidades mais lucrativas, cientes de que devem desafiar o Estado de forma pontual, pois, para o seu próprio povo, os que vivem nos enclaves, precisam passar a imagem de entes soberanos, ao passo que buscam

Leandro Costa

conquistar os enclaves que são controlados por outras facções, entretanto, para os que vivem fora de seus domínios, é preciso impor o medo sem que se coloquem como uma afronta real ao Estado.

Por fim, na mais perversa das hipóteses, ainda assumindo a premissa de Nayib Bukele, é preciso verificar se, assim como a harmonia existente entre San Marino e a Itália, não há uma relação de simbiose entre o Estado e os enclaves do crime, que proteger-se-iam mutuamente para que figuras estranhas não possam agir contra as organizações criminosas e tais facções, de alguma forma, concedam favores às autoridades ou ao regime como um todo, impedindo que o povo se levante contra seu verdadeiro algoz, um conluio entre o poder aparentemente legítimo e aquele que sequer apresenta verniz de legalidade.

Leia também meu último artigo: [DESPREZÍVEIS E DESPREZADOS](#)



Danielly Jesus

Uma mensagem assinada com sangue pelo povo da cruz



“E, havendo aberto o quinto selo, vi debaixo do altar as almas dos que foram mortos por amor da palavra de Deus e por amor do testemunho que deram.

E clamavam com grande voz, dizendo: Até quando, ó verdadeiro e santo Dominador, não julgas e vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?

E foram dadas a cada um, compridas vestes brancas e foi-lhes dito que repousassem ainda um pouco de tempo, até que também se completasse o número de seus conservos e seus irmãos, que haviam de ser mortos como eles foram.” (Apocalipse 6.9-11).

Eu pensei muito no que abordar neste artigo; tantos acontecimentos políticos e geopolíticos que sobram temas para dissecar nessas linhas que a Revista me proporciona (a quem agradeço publicamente pela confiança). Mas gostaria de tratar sobre um assunto importante: **a perseguição aos cristãos**.

“Ah, mas isso existe há tempos”. Concordo. Há mais de dois mil anos o cristianismo é ostracizado nos quatro cantos do planeta. Contudo, Nosso Senhor Jesus nos preveniu sobre isso: *“... vem mesmo a hora em que qualquer que vos matar cuidará fazer um serviço a Deus.” (João 16,b)*. Ou seja, quem deseja eliminar os cristãos pensa estar fazendo a vontade de Deus. E assim, nossa história vem sendo escrita com sangue.

Estevão foi o primeiro mártir; homem sábio e cheio do Espírito Santo, foi terrivelmente injustiçado. Testemunhas falsas corroboraram com as mentiras ditas pelos membros da sinagoga e

Danielly Jesus

levaram-no para julgamento. Após um longo discurso, onde não negou sua fé, foi lançado para fora da cidade e apedrejado.

Com os apóstolos de Cristo não foi diferente: Tiago, o Maior, irmão de João, foi o primeiro dos doze a ser assassinado, no reinado de Herodes Agripa; Felipe, que evangelizou na Ásia Setentrional (atual Rússia), foi açoitado e crucificado. Mateus, que foi para a Etiópia, foi imolado com uma albarda (espécie de machado).

Tiago, o Menor, irmão de Jesus, faleceu aos 94 anos, com seu crânio esmagado; Matias, que ocupou o lugar de Judas, terminou seus dias, decapitado. André, irmão de Pedro e um dos primeiros discípulos de Nosso Senhor, foi crucificado em forma de X. Marcos, o escritor do evangelho que leva seu nome, foi arrastado pelas ruas de Alexandria, no Egito, até que sua carne fosse rasgada.

Pedro, o pescador, um dos mais próximos de Jesus, foi crucificado, dizem, de cabeça para baixo, a pedido próprio, pois não se achava digno de morrer como Nosso Senhor. Paulo, aquele a quem Jesus apareceu no caminho para Damasco, foi decapitado.

Judas, irmão de Jesus e Tiago, foi crucificado. Bartolomeu, um dos discípulos menos conhecido, que pregou até na Índia, também foi crucificado. Tomé, chamado Dídimo, atravessado por uma lança. Lucas, evangelista e médico, foi enforcado na Grécia. Simão, o Zelote, evangelizou na Grã-Bretanha e lá foi crucificado.

“Mas como que Jesus não os protegeu?”: esta é a pergunta daqueles que não crêem, e não é um questionamento sem resposta. Jesus disse: *“Se o mundo vos odeia, sabeis que, primeiro do que a vós, me odiou a mim. Se vós fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu, mas porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é que o mundo vos odeia.”* (João 15.18-19). *“... Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós; se guardaram a minha palavra, também guardarão a vossa.”* (João 15.20b)

Jesus não prometeu vida sem qualquer tipo de problema ou dificuldade; e segui-Lo significa abdicar de si próprio. A verdade é que aquele que se predispõe a seguir a Cristo precisa entender o seguinte: não tem como ter duas vidas; ou eu tenho a minha própria, ou a Dele. E aqueles que perderam a sua vida por amor a Ele estão em melhor situação do que nós.

“Porque aquele que quiser salvar a sua vida, perdê-la-á, e quem perder a sua vida por amor de mim, achá-la-á.” (Mateus 16.25)

Humanamente falando, seguir a Cristo é uma loucura; imagine abdicar dos meus desejos e vontades para entregar minha vida – e alma – para uma divindade e sofrer ao invés de ser recompensado? O apóstolo Paulo entendia perfeitamente isso:

Danielly Jesus

“Porque a palavra da cruz é loucura para os que perecem; mas para nós, que somos salvos, é o poder de Deus.” (1º Coríntios 1.18)

Aquele que renuncia a tudo pelo Reino dos Céus entende que sua recompensa jamais virá nesta terra, mas na Eternidade. Não é errado buscar uma vida confortável, afinal *“E também que todo o homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho; isto é um dom de Deus.” (Eclesiastes 3.13)*. Mas todo aquele que entrega a sua vida a Jesus sabe que o bem mais precioso é a salvação da sua alma.

Farei um salto histórico dos tempos da igreja primitiva para a Revolução Francesa. Aquele período que hoje é aclamado como o mais iluminado, onde o homem se separou da fé e passou a idolatrar a razão, na verdade, foi um dos mais sanguinários. A guilhotina, que leva este nome graças ao médico Joseph-Ignace Guillotin, foi a *“máquina de matar”* quem discordava do sistema. E os cristãos não foram poupados.

As Carmelitas de Compiègne foram dezesseis religiosas do mosteiro carmelita de Compiègne assassinadas por revolucionários franceses do Comitê de Salvação Pública que as levaram à guilhotina por ódio à religião, no segundo período do Terror da Revolução Francesa, no dia 17 de julho de 1794, no local hoje denominado *“Place de la Nation”*, na época *“Place du Trône Renversé”*. A lei revolucionária de 1790 forçava o fechamento do convento, o que acarretou a redistribuição das freiras em quatro casas separadas. Com muita *“liberdade, igualdade e fraternidade”*, as religiosas ainda tiveram que escolher entre assinar o *“juramento revolucionário”* ou sofrer a deportação.

A priora carmelita Teresa de Santo Agostinho fomentou entre as irmãs da sua comunidade a fidelidade aos preceitos da vida conventual, que elas continuaram a praticar na clandestinidade. Entretanto, algumas denúncias às autoridades revolucionárias levaram a uma investigação que juntou *“provas de vida conventual”*: as carmelitas foram assim acusadas de *“complô para restabelecer a monarquia e extinguir a República”*.

As religiosas que foram presas se negaram a assinar novamente o juramento revolucionário e, acusadas de *“conspiração contra a revolução”*, foram amarradas e levadas a Paris em duas carroças. Na capital francesa, foram trancadas na prisão da Conciergerie. Foram condenadas à morte no dia 17 de Julho de 1794.

Em uma carroça, foram levadas para seu destino; no caminho, entoavam *Te Deum*, hino católico cuja redação final é tradicionalmente datada do ano 387 d.C. quando da ocasião do batismo de Santo Agostinho por Santo Ambrósio. O hino é usado principalmente na liturgia católica, como parte do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e outros eventos solenes de ações de graças.

Eis um trecho:

Danielly Jesus

“Dignai-Vos, pois, assistir a Vossos servos, que haveis remido com Vosso preciosíssimo sangue. Fazei que sejam do número dos Vossos santos na glória. Salvai o Vosso povo, Senhor, e abençoai a Vossa herança (...) Dignai-Vos, Senhor, neste dia conservar-nos sem pecado. Compadecei-Vos de nós, Senhor! Compadecei-Vos de Nós. Desça sobre nós a Vossa misericórdia, segundo a esperança que em Vós pusemos. Em Vós, Senhor, esperei; jamais serei confundido.”³

Aos pés da guilhotina, iniciaram o *Veni Creator Spiritus*:

*“Vinde, Espírito criador,
visitai as Vossas almas;
enchei com a graça do alto
os corações que criastes.”*

Uma a uma, pedindo a última bênção da priora, subiram ao cadafalso e foram martirizadas.

A realidade ocidental é um pouco melhor em termos de liberdade religiosa do que era há cem, duzentos anos. E isso faz com que nossos olhos estejam fechados para o que acontece na Janela 10-40.

A Janela 10-40 é uma faixa da terra que se estende do Oeste da África, passa pelo Oriente Médio e vai até a Ásia. A partir da linha do Equador, subindo forma um retângulo entre os graus 10 e 40. Calcula-se que até hoje menos da metade da população mundial com as suas etnias e línguas tenham sido confrontadas com o evangelho.

Eu, particularmente, não fazia ideia de que esta delimitação existia até 2006. Neste ano, a cantora evangélica Fernanda Brum lançou o álbum *“Profetizando às Nações”*, o segundo mais vendido da sua carreira. O disco tinha a seguinte missão: contar à igreja ocidental o que ocorre com cristãos pelo oriente. E foi quando eu descobri que não sou crente.

Caro leitor, não me leve a mal; sou nascida e criada na igreja. Mas quando digo que *“não sou crente”* me refiro ao fato de que eu ainda *“não resisti até ao sangue”* (*Hebreus 12.4*) pelo Evangelho de Cristo. E, penso eu, que esta é a condição da igreja no ocidente.

Temos mordomias, regalias, bíblias com diversas traduções a nosso dispor, devocionais, pregações de todo o tipo e para todos os gostos, podemos ir à Igreja sem sermos apedrejados ou fuzilados, podemos exibir terços, crucifixos ou simplesmente a cruz. Mas temos Cristo? E isso traz a seguinte reflexão: se não estamos conseguindo viver para Ele, como teremos condições de morrer por Ele?

O pior martírio ocorrido nos últimos tempos completou dez anos em 15 de Fevereiro: a degolação de 21 cristãos no litoral de Sirte, na Líbia, no Mar Mediterrâneo, pelas mãos do ISIS. As águas que levaram os apóstolos para pregar o Evangelho foram as mesmas que receberam o sangue dos servos de Cristo.

Danielly Jesus

Na época, estava no início da gestação do meu filho; não procurei saber de maiores detalhes porque estava poupando minha mente, pois me senti muito mal fisicamente nos primeiros meses de gravidez. E depois, cumprindo meu papel mãe, não recordei de pesquisar sobre o caso.

Mas agora, dez anos depois, eu fiz meu papel de jornalista e fui pesquisar. Dos 21, 20 deles eram da Igreja Copta do Egito e moravam em uma pequena cidade ao sul do Cairo, chamada Minya. O 21º era proveniente de Gana, e também era cristão, provavelmente protestante.

Esses homens eram trabalhadores comuns, operários da construção civil que deixaram o Egito em busca de melhores oportunidades para sustentar suas famílias. Foi em Sirte, entre os meses de Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015, que eles foram sequestrados por milícias do Estado Islâmico. O mundo só voltaria a saber deles por ocasião do seu martírio. A morte dos 21 cristãos foi registrada em um vídeo divulgado pelo grupo terrorista, denominado *“Uma mensagem assinada com sangue para o povo da cruz”*.

Eu procurei este vídeo, e com muita dificuldade, encontrei. Assisti na íntegra. A cada cena, um nó na garganta. Lágrimas insistiram em cair. Porque uma coisa é tratar de martírio em tempos longínquos, os quais não vimos, e outra bem diferente é assistir em nossos dias, com nossos próprios olhos.

O vídeo começa com a chegada dos cristãos e dos soldados jihadistas na praia, na costa de Wylāyat, Tarābulus; os cristãos, descalços e vestindo macacões laranja, semelhantes aos utilizados nos presídios americanos, e os islâmicos, de preto e toucas ninja. São alinhados e postos de joelhos. Na legenda, a seguinte frase: *“O povo da cruz, os seguidores da hostil igreja egípcia”*

O maioral toma a palavra. Escreverei seu discurso *ipsis literis*:

“Louvado seja o Deus Forte e Poderoso

Que a paz esteja com aquele que garantiu a família, que Deus proteja os mundos. Ó povo, vocês nos viram nas colinas de Sam e na planície de Dabiq, abates de cabeças que sempre carregaram a ilusão da cruz. Eu absorvi o ódio pelo islamismo e pelos muçulmanos. Hoje estamos no sul de Roma, na terra do islamismo, a Líbia, enviando outra mensagem. Ó Cruzados, segurança é o teu desejo. Principalmente porque vocês estão lutando contra todos nós, nós lutaremos contra todos vocês, até que a guerra termine. Então Jesus, que a paz esteja com ele, desça. Ele quebra a cruz, mata o porco e cobra o imposto (citação do Alcorão) Este mar em que vocês esconderam Osama bin Laden, que Deus o aceite, juramos por Deus que será coberto com seu sangue (cristão)”

Em seguida, os rostos dos cristãos são exibidos em silêncio. Alguns estão chorando e orando, outros, estão chamando por Jesus, e os demais, firmes. Depois, são jogados ao chão. Uma música árabe toca ao fundo enquanto os jihadistas tomam suas facas e degolam-nos vivos. No áudio, é possível ouvi-los clamando por Jesus em sua própria língua.

Danielly Jesus

No fim do massacre, suas cabeças foram colocadas sobre seus próprios corpos; o que me chamou a atenção foram seus semblantes: não havia desespero, não havia dor. Pareciam estar dormindo. Jesus os recebeu.

O líder tomou a palavra novamente, agora com as mãos sujas de sangue:

“Conquistaremos Roma, se Deus quiser. Esta é a promessa do nosso profeta. Que Deus o abençoe e lhe dê paz.”

A última cena: o Mar Mediterrâneo. Não mais azul. Vermelho.

Confesso que não foi fácil assistir. Sinto um nó na garganta apenas por pensar da dor que sentiram. Contudo, o que vi me levou a uma profunda reflexão sobre meu próprio estado espiritual: como tenho vivido? Será que tenho feito o que agrada a Deus? E se radicais invadissem minha casa, eu teria coragem de permanecer ou negaria minha fé?

“E as famílias?”, pode questionar o leitor. Enlutadas, feridas, machucadas. Receberam os corpos apenas três anos depois. Mas felizes. Parece inacreditável, mas é isso que eles relatam.

Encontrei várias entrevistas e documentários com as famílias dos 20 cristãos egípcios. Os depoimentos no geral são: *“estou feliz porque tenho um mártir na família”*, *“graças a Deus ele não negou a Jesus”*, *“eu tenho orgulho dele”*. Os membros do ISIS devem ter imaginado que veriam familiares com ódio e sede de vingança, mas eles encontraram cristãos autênticos que perdoaram todo o mal feito.

Difícil de acreditar, não é mesmo? Mas é real.

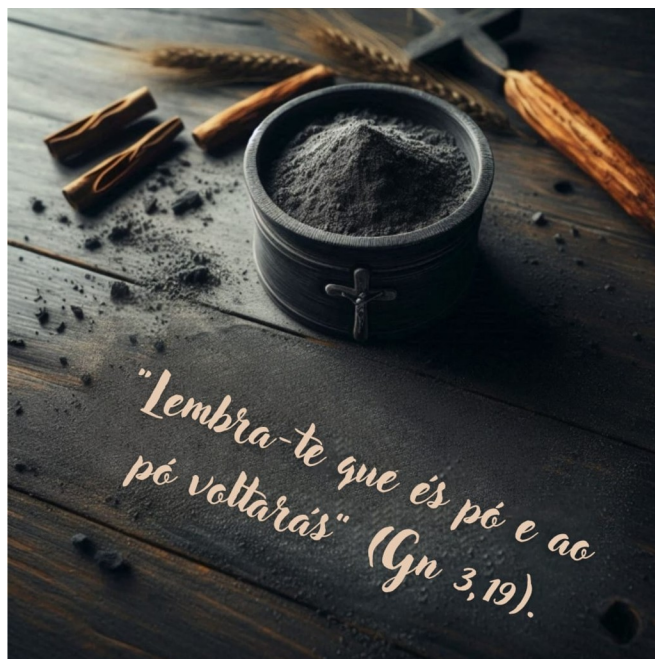
Temos em nossos dias cristãos ocidentais vendendo suas almas por um prato de lentilha, por uma noite, por um momento; e do outro lado, cristãos que preferem ser degolados vivos a apostatarem de sua fé.

Que Nosso Senhor Jesus Cristo tenha misericórdia de nós e nos ensine a como servi-Lo, porque até o dia de sua vinda, o número de mártires terá de se completar. Seremos algum deles? Não sabemos. Mas como disse Paulo: *“Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. De sorte que, ou vivamos ou morramos, somos do Senhor.”* (Romanos 14.8)

Leia também: [A trama da redução populacional](#)



Do Carnaval a Páscoa



O Carnaval é uma das festas populares mais conhecidas e celebradas no Brasil e no mundo. Com raízes em festivais pagãos da Antiguidade, como as Saturnálias de Roma, foi absorvido e transformado pela cultura cristã durante a Idade Média. O nome “Carnaval” vem da expressão latina “carnis levale”, que significa “retirar a carne”, em alusão ao período de abstinência da Quaresma que se segue.

Historicamente, o Carnaval sempre simbolizou um momento de celebração e liberdade, no qual as pessoas aproveitavam intensamente antes do início da Quaresma. Originalmente, o Carnaval era uma festa pagã na Europa, celebrada como um momento de diversão antes do período de abstinência e reflexão da Quaresma. Ao longo dos séculos, a celebração se transformou e se espalhou pelo mundo, ganhando características únicas em cada lugar.

No Brasil, a festa ganhou características únicas, como os desfiles de escolas de samba, os blocos de rua e as marchinhas, misturando influências europeias, africanas e indígenas. O Carnaval brasileiro, que se tornou uma atração internacional, é visto como uma festa cheia alegria desmedida para a introspecção. Mas deveria ser um momento de reflexão para a Quaresma. Apesar de hoje ser uma celebração de excessos, o Carnaval pode ser visto como um chamado à renovação.

História do Carnaval

1. Antiguidade Clássica: O Carnaval tem suas raízes em festivais antigos, como as Sacéias na Babilônia e as Saturnálias em Roma, onde havia inversão de papéis sociais e liberação de prazeres.

Juliette Oliveira

2. Idade Média: Na Idade Média, o Carnaval se tornou uma festa popular na Europa, com desfiles, banquetes e apresentações teatrais. A Igreja Católica absorveu essas festividades e as ressignificou, criando uma conexão com a Quaresma.

3. Século VI: O Papa São Gregório Magno (590-604) teria dado ao último domingo antes da Quaresma o título de “dominica ad carnes levandas”, que significa “domingo de retirada da carne”, o que teria gerado o termo “Carnaval”. A ideia era permitir que as pessoas tivessem um período de celebração e indulgência antes do início da Quaresma.

4. Século XVII: Com a chegada dos africanos escravizados ao Brasil, o Carnaval começou a incorporar elementos africanos, como ritmos musicais e danças vibrantes.

5. Período Colonial: O Carnaval foi introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses, que trouxeram a tradição do entrudo, onde as pessoas jogavam líquidos e sujeiras umas nas outras.

6. Século XVIII: No Rio de Janeiro, os colonizadores portugueses trouxeram suas tradições carnavalescas conhecidas como “entrudo”, uma festa popular em que as pessoas se jogavam água, farinha e outros elementos umas nas outras, em um clima de diversão e liberdade. Com o tempo, essa celebração evoluiu e incorporou elementos africanos e indígenas, resultando na rica e diversa tradição carnavalesca que conhecemos hoje.

7. Século XX: No início do século XX, o Carnaval do Rio de Janeiro ganhou destaque com a criação das primeiras escolas de samba, como a Deixa Falar, fundada em 1928. Essas escolas começaram a organizar desfiles competitivos, com enredos temáticos, carros alegóricos e fantasias elaboradas. O primeiro desfile oficial de escolas de samba ocorreu em 1932.

8. Expansão e Evolução: Ao longo dos anos, o Carnaval evoluiu e se expandiu, incorporando ritmos como samba, frevo e maracatu. Cada região do Brasil desenvolveu suas próprias tradições carnavalescas, tornando a festa ainda mais rica e diversa.

A influência da umbanda e do candomblé no Carnaval brasileiro é profunda e significativa, refletindo a rica herança cultural e religiosa afro-brasileira. Essas tradições trazem ao Carnaval elementos como a música, a dança e representações simbólicas, como os orixás e guias espirituais, celebrados em desfiles e alegorias.

Apesar de suas origens pagãs, o Carnaval foi ressignificado pela Igreja Católica ao conectá-lo à Quaresma e, por consequência, à Páscoa. O Cristianismo desempenhou um papel importante na adaptação e preservação das festividades, moldando-as ao longo dos séculos.

Embora existam debates entre religiões de matrizes africanas e a fé cristã, é essencial lembrar que ambas compartilham raízes históricas e valores como a celebração da vida e da espiritualidade. A África foi berço de grandes contribuições ao Cristianismo, como Santo Agostinho e outras figuras históricas,

Juliette Oliveira

enquanto as religiões de matrizes africanas destacam solidariedade e respeito à natureza, valores que convergem com a mensagem cristã.

A Quaresma

A Quaresma é um período de 40 dias (excluindo os domingos) que começa na Quarta-feira de Cinzas e termina na Quinta-feira Santa, na Semana Santa. Inspirada nos 40 dias relatados na Bíblia em que Jesus passou no deserto em oração e jejum, a Quaresma é um tempo de penitência, renovação espiritual e preparação para a celebração da Páscoa. Seu significado está profundamente enraizado na tradição cristã desde o século IV, quando a Igreja formalizou esse período no calendário litúrgico.

Durante a Quaresma, os cristãos são convidados a buscar três práticas principais:

1. Jejum e abstinência: Um ato de sacrifício e solidariedade, lembrando que é possível desapegar-se de prazeres terrenos para focar no espiritual.
2. Oração: Um momento para fortalecer a relação com Deus, buscando orientação, gratidão e arrependimento.
3. Caridade: A prática de ajudar os necessitados, refletindo o amor ao próximo e os ensinamentos de Cristo.

Mas como viver uma boa Quaresma? Reserve alguns minutos do dia para meditar sobre os valores cristãos e avaliar suas atitudes. Busque a reconciliação com Deus, com o próximo e consigo para alcançar a paz interior e renovar sua jornada espiritual. Leia mais a Bíblia e as passagens que falem da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, aprofundando sua compreensão do sacrifício de Jesus. Faça um esforço consciente para renunciar a algo que normalmente considera importante, seja material ou emocional, e ofereça isso como um sacrifício.

A Quaresma não é apenas um tempo de restrição, mas um convite à renovação e ao fortalecimento da fé. Ela permite que os cristãos se conectem com o sacrifício de Cristo, preparando-se para vivenciar profundamente o significado da Páscoa.

A Páscoa

A Páscoa é a celebração mais importante do calendário cristão, marcando a vitória de Jesus Cristo sobre a morte por meio de Sua ressurreição. Essa data representa o ápice da fé cristã, simbolizando renovação, esperança e a promessa de vida eterna.

A celebração da Páscoa tem suas origens no judaísmo. O termo “Páscoa” deriva do hebraico *Pesach*, que significa “passagem”, em referência ao Êxodo, quando Deus libertou o povo hebreu da

Juliette Oliveira

escravidão no Egito. Na tradição cristã, a Páscoa ganhou um novo significado com a ressurreição de Jesus Cristo, que ocorreu durante a comemoração da Páscoa judaica.

A paixão, morte e ressurreição de Cristo são interpretadas como a libertação da humanidade da escravidão do pecado, oferecendo a todos a salvação. A Páscoa, portanto, é o ponto culminante do ano litúrgico, celebrando a nova aliança entre Deus e a humanidade.

Para os cristãos, a Páscoa é um momento de alegria e renovação, em que a vitória de Cristo sobre a morte renova a esperança de uma vida plena. É um tempo para celebrar o amor de Deus, refletir sobre o sacrifício de Jesus e renovar compromissos de fé.

O Carnaval, a Quaresma e a Páscoa estão profundamente interligados no calendário cristão. O Carnaval marca o fim de um período de celebração e dá início ao tempo de introspecção e penitência da Quaresma. A Quaresma, por sua vez, prepara os cristãos para a celebração da Páscoa, permitindo uma jornada de purificação e renovação espiritual.

A Quaresma é essencial para a Páscoa, pois é nela que o fiel tem a oportunidade de refletir sobre o sacrifício de Cristo e se preparar para vivenciar plenamente a ressurreição. Já a Páscoa dá significado à Quaresma, pois celebra o triunfo da vida e a renovação espiritual que ela proporciona.

Juntas, essas três fases representam um ciclo de transformação: o Carnaval, com sua celebração efêmera; a Quaresma, com sua introspecção transformadora; e a Páscoa, com sua celebração da vitória eterna. Para os cristãos, a Páscoa não é apenas o clímax do calendário litúrgico, mas a essência da fé, o momento em que a renovação e a salvação se tornam reais.

Cada um desses momentos carrega um significado único, mas é na conexão entre eles que encontramos o verdadeiro propósito da fé cristã: celebrar a vida, refletir sobre o sacrifício e renovar o compromisso com Deus e com os valores da fé. Para o cristão, a Páscoa é o ápice dessa trajetória, um chamado à renovação, ao amor ao próximo e à valorização da esperança.

Em suma, a mensagem que emerge desse ciclo não é apenas espiritual, mas também humana: independente das diferenças culturais ou religiosas, somos convidados a abraçar a diversidade e a encontrar o significado nas transições da vida. É por meio da celebração, do silêncio da introspecção e da alegria da ressurreição que aprendemos a transformar nosso interior e a viver em plenitude.

Leia também: [Meu pãozinho de cada dia](#)



A filosofia do outono



No dia 20 de março deste ano, celebramos a chegada do outono, a terceira estação do ano, sucede o verão e antecede o inverno.

Um momento marcado pelo início da queda da temperatura e pelo amarelar e queda das folhas, mas o que há por trás desse movimento físico do planeta, e que lições podemos tirar dele?

A filosofia pré socrática foi marcada pelo comportamento de característica esotérica dos filósofos da época; isso porque eles pautavam seus estudos no “por quê”, e não no “como as coisas aconteciam”.

Com esse conceito, verificaram as causas e não os fenômenos.

De lá pra cá, a visão mudou; agora a ciência ocupa-se no, como as coisas acontecem, investindo seus esforços nos fenômenos, o que promoveu cada vez mais o materialismo.

Com tudo, ainda podemos aproveitar algumas lições daquele tempo, (que ainda é muito atual) trazendo para nosso cotidiano a inteligência que há nas forças da natureza para pautarem nossos comportamentos e nos alinharmos a elas, pois é para isso que as leis da natureza existem: Para nos servir de referência.

Na tradição cristã, Jesus, é chamado de " Sol da justiça" ou " A brilhante estrela da manhã"

Tinham o sol como referência, pois assim como o sol, o que Jesus emanava, fazia bem a todos, e assim como o sol, nada nem ninguém poderia pará-lo, e nele estava a vida.

Edson Araujo

Nessa linha de pensamento o outono vem nos ensinar alguma coisa que, se soubermos interpretar, com certeza, nossas ações darão mais e melhores frutos no futuro.

Vou descrever o esquema das estações do ano e relacioná-las às nossas ações diárias.

A primavera é uma estação que promove uma energia de começo, nela há um impulso de vida fazendo com que cores e formas comecem a mostrar que " algo novo virá".

Por isso vemos as folhas, flores e todo o ser vivo com um brilho diferente, com muita beleza nessa época.

Podemos relacionar a primavera com nosso impulso de querer fazer algo novo, melhorar nossas ações e ambientes; teremos aí uma força para recomeçar a vida com toda a beleza que isso implica.

Quem nunca achou belíssimo ver a transformação de vida de pessoas que outrora numa condição deplorável, decide retomar suas vidas fazendo florescer tudo à sua volta e dos que a acompanham?

Já o verão é o fruto, o resultado de toda aquela energia da primavera que foi devidamente absorvida pela natureza e agora das flores vem o fruto, e sabemos que quanto mais melhores e belas as flores, melhores e mais belos os frutos.

Quem de nós não ficou feliz em ver os projetos, planos, sonhos de pessoas próximas ou não, que com a força de uma começo ou recomeço colheu o fruto do seu esforço?

O outono, estação que agora estamos, é o momento para reflexão, análise ou crítica de tudo o que fizemos, pois assim como as estações do ano, essa fase vai passar e logo virá um novo começo, com a intenção de evoluirmos, sempre.

Claro que já vimos muitos amigos que após conquistarem um objetivo, agora se ocupam em planejar o futuro baseado nas suas conquistas.

Por exemplo: após conquistar o emprego dos sonhos, a tarefa agora é refletir sobre tudo o que fez, quem o ajudou, tudo o que investiu...

Tendo agora o amadurecimento das ideias, é hora de pensar e repensar a vida.

Por fim, o inverno é o momento em que se não houver a maturidade do outono, podem surgir perguntas como: eu conquistei o que queria, mas é só isso? Não é como eu pensava.

Por que apesar de tudo eu não estou feliz?

Enfim, é hora de interiorizar a vida e saber que algo tem que morrer, ficar para trás e preservar as sementes que ao chegar a nova primavera, irão brotar.

Claro que já vimos pessoas depressivas e insatisfeitas com suas vidas, pois após tanto esforço não estão felizes com tudo o que conquistaram, e fica a sensação de que não valeu a pena, mas o inverno tem a função de nos levar a um cenário onde veremos que precisamos recomeçar, renovar nosso ânimo,

Edson Araujo

nossas ideias e convidar a primavera para um encher de vida o cenário que ao fim de um ciclo, mostra que precisamos continuar.

Imaginemos uma sociedade em que um povo idealista que tem como meta um mundo melhor e logo luta por isso, vendo alguns os frutos desse idealismo, ficam ainda mais animados com a ideia, porém chegado o momento de planejar o futuro, não o fazem e quando chega o inverno, todos desanimam pois o cenário, frio, quase sem vida e com poucos recursos, parece mostrar que toda aquela animação das estações anteriores não valeram a pena, é aí que a natureza os ensina que logo virá a primavera, e com ela uma nova oportunidade, com mais maturidade, experiência e força para a nova fase de lutas por um mundo melhor, pois o futuro nos aguarda.

Se não desfalecermos, colheremos os frutos de um verão melhor, vindo as reflexões que o novo outono propõe, nosso inverno será melhor aproveitado com planos que nos farão dar mais um passo em direção ao que almejamos, pois a primavera logo chegará.

Que Deus abençoe nossa jornada!

[Clique aqui e leia :](#)



“Uma bomba sobre o Japão, fez nascer o Japão da paz”

Em 1945 chegou ao fim um dos marcos temporais mais importantes da era contemporânea e com ele surgiu um capítulo à parte, dentre os mais controversos e tristes da história humana: as explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki (6 e 9 de agosto). As duas explosões permanecem entre os eventos mais dramáticos e ainda mal explicados da história militar.

A partir dos anos 60 o movimento historiográfico de viés marxista começou a moldar uma linha narrativa que frequentemente descreve aqueles bombardeios como desnecessários, caracterizando-os como meros testes de armas nucleares ou ataques indiscriminados contra populações civis, apenas o resultado do ímpeto imperialista americano. No entanto, uma análise mais abrangente do contexto histórico, militar e estratégico revela que as decisões tomadas pelos Estados Unidos foram baseadas em uma complexa avaliação de cenários, buscando encerrar a Segunda Guerra Mundial com o menor custo possível de vidas humanas, por mais paradoxal ou contraproducente que aquela decisão possa parecer. Este artigo busca apresentar uma visão mais equilibrada, destacando os motivos estratégicos e o contexto geopolítico que levou àqueles eventos.

Em maio de 1945 a Segunda Guerra Mundial na Europa havia terminado com a rendição da Alemanha nazista. No entanto, no Pacífico, o Japão continuava a resistir ferozmente, apesar de estar em uma situação militar insustentável. Os Aliados haviam conquistado ilhas estratégicas, como Iwo Jima e Okinawa, mas a invasão do território japonês continental ainda era um desafio monumental. O Japão, sob o comando do Imperador Hirohito e de líderes militares como o General Hideki Tojo, mantinha uma

Mauricio Motta

postura intransigente, recusando-se a aceitar a rendição incondicional exigida pela Declaração de Potsdam.

Essa resistência fanática foi evidenciada em batalhas como a já citada batalha de Okinawa, onde milhares de civis japoneses cometeram suicídio em vez de se renderem às forças aliadas. Para os líderes militares, essa disposição de lutar até o fim era uma prova de que o povo japonês estava preparado para enfrentar uma invasão terrestre com determinação implacável.

A resistência japonesa era alimentada por uma cultura militar que valorizava a honra acima da vida. O código de honra samurai, conhecido como "bushido", desempenhou um papel central na mentalidade militar japonesa durante a guerra. Esse código valorizava a lealdade, a coragem e a disposição para morrer em combate acima de tudo. A ideia de rendição era vista como uma desonra intolerável, e muitos líderes militares acreditavam que a morte gloriosa em batalha era preferível à capitulação. Essa mentalidade foi reforçada pela doutrina do "gyokusai", que incentivava soldados e civis a lutarem frontalmente até o último homem, mulher ou criança.

A invasão do Japão, planejada sob o nome de "Operação Downfall", estava programada para começar em novembro de 1945. A operação seria dividida em duas etapas: a invasão de Kyushu (Operação Olympic) e a subsequente invasão da região de Tóquio (Operação Coronet). Estimativas militares sugeriam que a campanha poderia durar até 1947, com custos humanos catastróficos.

Os planejadores militares dos Estados Unidos previram que a invasão resultaria em até um milhão de baixas aliadas, incluindo mortos e feridos. Do lado japonês, as perdas poderiam chegar a vários milhões, considerando a disposição dos civis para lutar até a morte. Além disso, os japoneses haviam mobilizado milícias civis e preparado táticas de guerrilha, o que aumentaria ainda mais o número de vítimas. Diante desse cenário, os líderes americanos buscaram alternativas para evitar uma prolongada e sangrenta campanha terrestre.

O general Curtis LeMay, responsável pelo bombardeio incendiário de Tóquio em março de 1945, já havia demonstrado que mesmo ataques convencionais poderiam matar mais de 100 mil pessoas em uma única noite. Ainda assim, o governo japonês não mostrava sinais de rendição.

Ainda que por décadas as narrativas da escolha de Hiroshima e Nagasaki apontassem as cidades como inocentes alvos civis, sem interesses militares importantes, ou seja, tudo não passando de um cruel teste atômico, tal escolha não foi arbitrária. Ambas as cidades tinham importância militar e industrial significativa. Hiroshima era um centro logístico e de comando, abrigando o quartel-general do Segundo Exército japonês, responsável pela defesa do sul do país. A cidade também era um importante centro de produção de armamentos e um ponto de embarque para tropas. Nagasaki, por sua vez, era um dos principais portos do Japão, com estaleiros e fábricas que produziam equipamentos militares.

Mauricio Motta

Além disso, ambas as cidades haviam sido poupadas de bombardeios convencionais, o que permitiria aos cientistas avaliarem com precisão o poder destrutivo das novas armas nucleares. A seleção desses alvos refletia a intenção de maximizar o impacto militar e psicológico, forçando o governo japonês a reconsiderar sua postura intransigente.

O desenvolvimento das bombas atômicas foi resultado do Projeto Manhattan, um esforço científico e industrial sem precedentes que mobilizou mais de 130.000 pessoas e consumiu cerca de US\$ 2 bilhões (equivalente a mais de US\$ 20 bilhões hoje). Liderado por cientistas como J. Robert Oppenheimer e Enrico Fermi, o projeto buscava criar uma arma que pudesse encerrar a guerra de forma decisiva.

A primeira bomba, apelidada de "Little Boy", utilizava urânio-235 e foi lançada sobre Hiroshima. A segunda, "Fat Man", baseava-se em plutônio-239 e foi detonada sobre Nagasaki. Ambas as armas foram projetadas para liberar uma quantidade imensa de energia, causando destruição massiva e ondas de choque que devastariam infraestruturas e abalariam a moral do inimigo.

Apesar da devastação causada pelo bombardeio de Hiroshima, a liderança japonesa ainda hesitava em se render. Alguns líderes militares acreditavam que os Estados Unidos possuíam apenas uma bomba atômica e que o Japão poderia continuar resistindo. Outros argumentavam que a rendição incondicional levaria à destruição do sistema imperial e da cultura japonesa. A destruição de Nagasaki três dias depois deixou claro que os Estados Unidos tinham capacidade de produzir mais armas nucleares.

As explosões de Hiroshima e Nagasaki causaram a morte imediata de aproximadamente 200.000 pessoas, com dezenas de milhares morrendo nos anos seguintes devido a ferimentos, queimaduras e efeitos da radiação. Embora essas perdas sejam trágicas, é importante contextualizá-las dentro do cenário mais amplo da guerra.

O Japão havia sido responsável por atrocidades em larga escala, incluindo o massacre de Nanquim, onde centenas de milhares de civis chineses foram mortos, e a exploração brutal da Manchúria. A extensão da guerra resultaria em mais mortes, tanto de soldados quanto de civis, em toda a Ásia.

As explosões de Hiroshima e Nagasaki foram eventos trágicos, mas devem ser entendidas dentro do contexto complexo e brutal da Segunda Guerra Mundial. A escolha desses alvos foi baseada em considerações estratégicas e militares, motivadas pela necessidade de encerrar o conflito com o menor custo possível de vidas. Embora o debate sobre a moralidade dessas ações continue, é essencial reconhecer que as decisões tomadas foram influenciadas por circunstâncias extraordinárias e por um cálculo difícil entre opções igualmente terríveis. A história não deve ser simplificada, mas sim analisada em sua totalidade, considerando todos os fatores que moldaram esses eventos decisivos.

Mauricio Motta

Outro elemento crucial que influenciou a decisão de usar as bombas atômicas foi o papel da União Soviética no cenário geopolítico da época. Em fevereiro de 1945, durante a Conferência de Yalta, os Aliados concordaram que a União Soviética entraria na guerra contra o Japão três meses após a rendição da Alemanha. Essa promessa foi cumprida em 8 de agosto de 1945, quando a URSS declarou guerra ao Japão e invadiu a Manchúria.

Para os Estados Unidos, a entrada da União Soviética na guerra no Pacífico representava um dilema. Por um lado, a participação soviética poderia acelerar a derrota do Japão. Por outro, ela aumentaria a influência soviética na Ásia, algo que os Estados Unidos desejavam evitar. A bomba atômica, portanto, não era apenas uma ferramenta para forçar a rendição japonesa, mas também um instrumento de poder geopolítico, destinado a demonstrar a supremacia militar americana e conter a expansão soviética.

A liderança japonesa, no verão de 1945, estava profundamente dividida sobre como encerrar a guerra. Enquanto alguns membros do governo e do alto-comando militar reconheciam a inevitabilidade da derrota, outros insistiam em continuar a resistência, mesmo diante de circunstâncias cada vez mais desesperadoras. Essa divisão refletia não apenas diferenças estratégicas, mas também questões culturais e ideológicas profundamente enraizadas na sociedade japonesa.

No início de agosto de 1945, o Conselho de Guerra japonês, composto por seis membros-chave, estava profundamente dividido. De um lado, estavam o Primeiro-Ministro Kantaro Suzuki e o Ministro das Relações Exteriores Shigenori Togo, que buscavam uma forma de negociar a paz. Do outro lado, estavam o Ministro da Guerra Korechika Anami e os chefes do Exército e da Marinha, que insistiam em continuar a luta.

A destruição de Hiroshima em 6 de agosto abalou profundamente o governo japonês, mas não foi suficiente para superar a resistência dos líderes militares. Alguns deles duvidavam que os Estados Unidos possuissem mais de uma bomba atômica e acreditavam que o país poderia suportar ataques adicionais. Outros argumentavam que a rendição incondicional levaria à destruição do sistema imperial e da cultura japonesa, algo que consideravam inaceitável.

A destruição de Nagasaki em 9 de agosto, combinada com a declaração de guerra da União Soviética no mesmo dia, mudou drasticamente o cenário. A invasão soviética da Manchúria eliminou qualquer esperança de mediação por parte da URSS, algo que alguns líderes japoneses ainda consideravam possível. A entrada da União Soviética na guerra também aumentou o temor de uma ocupação comunista do Japão, o que era visto como uma ameaça existencial ao sistema imperial.

Diante desses eventos, o Imperador Hirohito, que até então havia adotado uma postura mais passiva, decidiu intervir diretamente. Em uma reunião histórica do Conselho de Guerra em 10 de agosto,

Mauricio Motta

Hirohito declarou que a continuação da guerra só traria mais sofrimento ao povo japonês e que era hora de "suportar o insuportável" e aceitar a rendição. Sua decisão foi influenciada não apenas pelas bombas atômicas, mas também pelo temor de que a resistência contínua levaria à destruição completa do Japão.

Mesmo após a decisão do Imperador, houve uma tentativa de golpe por parte de militares que se opunham à rendição. Na noite de 14 de agosto, um grupo de oficiais liderados pelo Major Kenji Hatanaka tentou tomar o Palácio Imperial e destruir a gravação do discurso de rendição de Hirohito. O golpe falhou, e na manhã de 15 de agosto, o Imperador anunciou a rendição do Japão em uma transmissão de rádio sem precedentes, conhecida como o "Jewel Voice Broadcast".

A rendição formal ocorreu em 2 de setembro de 1945, a bordo do USS Missouri, marcando o fim oficial da Segunda Guerra Mundial. A decisão de Hirohito de se render foi um momento decisivo na história do Japão, encerrando anos de conflito e abrindo caminho para a reconstrução do país sob ocupação aliada.

Após a rendição do Japão em 1945, os Aliados impuseram três condições principais: ocupação do país, desmilitarização e remoção do imperador Hirohito. O governo japonês, no entanto, insistiu na preservação da monarquia, temendo que sua remoção levasse ao caos interno. O general Douglas MacArthur, comandante das forças de ocupação, também considerava que a manutenção do imperador poderia garantir estabilidade, evitando que o Japão seguisse o caminho da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, quando a queda do kaiser e a criação da República de Weimar contribuíram para o surgimento do nazismo. Assim, os EUA aceitaram manter Hirohito, desde que ele renunciasse ao seu status divino e assumisse um papel apenas cerimonial na Constituição de 1947.

O uso de armas nucleares contra populações civis levantou questões éticas e morais na época, o que suscitou ideias alternativas, como explodir uma bomba em área desabitada. No entanto, os líderes americanos da época acreditavam que uma demonstração não teria o mesmo impacto psicológico e militar que o uso real das armas. Além disso, havia a preocupação de que uma bomba falhasse durante uma demonstração, o que poderia encorajar o Japão a continuar resistindo. A decisão de usar as bombas foi, portanto, baseada em uma combinação de considerações práticas e estratégicas, embora isso não diminua a gravidade das consequências humanitárias.

Por outro lado, as bombas também serviram como um alerta para os perigos da guerra nuclear. O sofrimento das vítimas de Hiroshima e Nagasaki, conhecidas como "hibakusha", tornou-se um símbolo dos horrores da guerra e da necessidade de buscar a paz. As cidades reconstruídas hoje abrigam memoriais e museus dedicados à promoção do desarmamento nuclear e à educação sobre os efeitos devastadores das armas atômicas.

Mauricio Motta

Assim, entendemos que toda história tem no mínimo dois lados, mas a verdade sempre paira sobre os fatos, resultando que simplificações morais ou exaltações ufanistas criam narrativas que somente interessam àqueles que desejam ter o controle da História.

“E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. ‘Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado’, rezava o lema do Partido. (...) O passado, refletiu ele, não fora simplesmente alterado; na verdade fora destruído. Pois como fazer para verificar o mais óbvio dos fatos, quando o único registro de sua veracidade estava em sua memória?” (Winston, personagem do livro “1984”).

Leia meu último artigo: [A reedição do Plano Cohen em 2023](#)



Antes de partir



A hora da nossa morte, nosso “memento mori”, é quando fazemos um balanço de tudo que se passou conosco e das escolhas que fizemos, perante essas circunstâncias. Filósofos antigos como São Tomás de Aquino colocavam um crânio sobre suas mesas de trabalho, a fim de que não se esquecessem da máxima “do pó viemos e ao pó retornaremos”.

Esse é o tema abordado, como pano de fundo, na série *Il Gattopardo* na Netflix. Baseada nos livros de Giuseppe T Lampedusa, a narrativa se desenrola em torno do príncipe siciliano Fabrizio Salina e de sua família. Também conhecido como *Il Gattopardo* (*O Leopardo*), o príncipe é um homem vaidoso e altivo, arrogante e soberbo em suas decisões.

Conduz com pulso de ferro os rumos de sua família, não admite críticas a suas atitudes, é intransigente em diversos assuntos e gera conflitos e disputas que poderiam ser evitados, por meio do diálogo.

Entretanto, os tempos eram outros. Estamos no século 19, quando a Itália era palco de inúmeros conflitos por sua unificação, sendo, à época, dividida em vários reinos. O reino governado pelo príncipe era o da Sicília. Pai de seis filhos, Don Fabrizio tem que demonstrar força e poder e enxerga seu sobrinho Tancredi como seu sucessor natural, em detrimento do próprio filho Paolo. Com isso, protege e encobre os excessos do sobrinho, o que gera ressentimentos no filho.

Erika Figueiredo

Sua filha Concetta é a menina de seus olhos e a voz da razão, dentro de sua família. A ela, cabe o difícil papel de alertar o pai sobre seus erros, não sendo, contudo, bem compreendida por este, o que gera muitos desentendimentos entre os dois.

A estória é belíssima, trazendo questionamentos sobre fé, amor, valores e virtudes, prazeres e política, escolhas e renúncias, traições e reconciliações. Reproduz a época e os conflitos havidos na Itália do século 18, até a sua unificação.

Ocorre que, na hora de sua morte, Don Fabrizio confessa que, ao longo da vida, fez muitas coisas de que se arrepende, com pequenos lampejos, “entre as cinzas de seus erros”, acerca de momentos felizes que viveu. E esses momentos não possuem correlação com dinheiro, poder, vitórias e glórias, mas com o sorriso da esposa, em seu primeiro encontro, ou uma valsa dançada, um perfume sentido no ar, a aurora de uma nova manhã...

Assim é, também, a nossa experiência na Terra. O que nos faz felizes são as coisas simples. Os gestos de bondade. O amor e a amizade sinceros. O sorriso de um filho. A contemplação de uma linda paisagem. Buscamos, muitas vezes, prazeres e sensações, reconhecimento e dinheiro, quando o que importa está muito além disso.

Don Fabrizio, como tantas pessoas, percebeu isso apenas ao constatar que a morte estava próxima. A partir desse momento, tornou-se mais humano, menos autoritário, mais sensível ao que estava ao seu redor e que antes, simplesmente, não percebia.

Um livro que traduz a hora da morte de um homem poderoso, imerso em um universo de vaidades e interesses dúbios, é A Morte de Ivan Ilitch, de Tolstói. Neste, um juiz de direito da alta corte, na Rússia do Século 19, dá-se conta de que, em seu memento mori, só restou-lhe a companhia do criado. O romance foi escrito logo após a conversão religiosa do escritor e é de uma sensibilidade impactante.

Todos nós devemos refletir sobre como será o nosso memento mori, qual será o nosso legado e quem serão as pessoas que estarão realmente presentes, quando a nossa vida estiver chegando ao fim. Caso a conclusão a que você chegar não seja aquela que desejava, olhe para dentro de si e analise as suas escolhas e para o rumo que está dando às coisas, por aqui. Sempre há tempo de mudar...

Leia também: [Europa e a guerra](#)



O faraó do Êxodo



Moisés é o homem mais importante do Antigo Testamento, não só pelo aspecto histórico, mas também pelo teológico. Sua jornada com Deus é incomparável e algumas passagens deixam isso bem claro, como, por exemplo, **Números 12:6-8**, “E disse: Ouve agora as minhas palavras; se entre vós houver profeta, eu, o Senhor, em visão a ele me farei conhecer, ou em sonhos falarei com ele. Não é assim com meu servo Moisés que é fiel em toda a minha casa. Boca a boca falo com ele, claramente e não por enigmas; pois ele vê a semelhança do Senhor; (...)”.

Moisés é um tipo de Cristo, não só pelo viés tipológico, mas também pela narrativa profética. E um desses pontos cristofânicos tem passado despercebido pelo senso cristão comum: o genocídio que antecede a vinda do Messias. Pois assim como uma execução ordenada em larga escala se seguiu à preservação da vida do jovem hebreu que viria a ser o libertador do seu povo, assim também ocorreu por ocasião do nascimento de Yeshua, quando da execução ordenada por Herodes. Pode parecer uma mera coincidência, mas se tivermos a frieza dos “teóricos da conspiração” para juntar as subliminares peças do quebra-cabeça espiritual que envolve essa geração, veremos – aliás, já estamos vendo – algo bem estranho acontecer com nossas crianças e jovens saudáveis, que têm tombado dia após dia nos parques, nas quadras e nos ginásios. Vamos falar sobre isso em textos subsequentes, porque aqui nos limitaremos a tratar das raízes históricas do primeiro evento.

Neto Curvina

Assim como Moisés é um tipo de Cristo, o Faraó, por sua vez, é um tipo de anticristo. Ele não é o único, por óbvio, Ninrode e Nabucodonosor também podem ser incluídos nessa categoria. Os “tipos” não necessariamente reúnem por si só todas as características da figura original, mas apenas elementos, que juntos compõem o retrato final. Na maioria dos filmes o Faraó do Êxodo é chamado de Ramessés, o que é perfeitamente compreensível, dado o fato de que esse nome aparece nas Escrituras em cinco passagens: **Gênesis 47:11, Êxodo 1:11, 12:37, Números 33:3 e 33:5**. A questão é que em nenhuma dessas passagens o nome Ramessés faz referência direta a um rei, no caso, o do Egito, mas sim a uma região ou uma cidade, o que não nos dá a certeza absoluta de que o homem que confrontou Moisés tem esse nome. Então que seria ele? Para tentarmos responder a essa pergunta desafiadora, temos que inicialmente determinar, ainda que de modo aproximado, o período em que os israelitas deixaram o Egito, o que por si só é um desafio, visto que os livros convencionais de história foram “convencidos” a deixar esse evento de lado, de tal forma que é possível encontrar alguma coisa sobre ele em obras até o final dos anos 80, depois disso foi ficando cada vez mais vago.

Estamos falando de 430 anos de convivência, e que depois se transformaram em cativeiro (**Êxodo 12:40-41**). É deveras notável não existir uma linha sobre isso em Heródoto. Absolutamente nada sobre a presença israelita em terras egípcias. Mas será que não há, mesmo? O recorte do célebre historiador, que reputo como um dos mais confiáveis da história, dada a vastidão de detalhes e minúcias que os seus relatos trazem, é mais descritivo do ponto de vista sócio-econômico do que precisamente histórico. Mas se observarmos algumas informações que ele dá acerca da rotina egípcia, encontramos pontos interessantes, como, por exemplo: “Ao contrário dos outros povos, que deixam as partes sexuais no seu estado natural, eles adotam a *circuncisão*” e “Os egípcios olham os porcos como animais imundos. Se alguém toca indevidamente num deles, ainda que seja de leve, vai logo mergulhar no rio, mesmo vestido”, ou ainda “É vedada às mulheres a função de sacerdotisa de qualquer deus ou deusa: o sacerdócio é reservado aos homens” (*Heródoto, História, vol. I, Livro 2, Editora Nova Fronteira*). As duas primeiras observações estão ligadas intimamente à história ancestral dos hebreus. A circuncisão foi instituída por Deus no capítulo 17 de Gênesis, e o contexto é bem curioso. Abraão, que foi o primeiro homem a receber de Deus a ordem para circuncidar, já havia estado no Egito! Inclusive, ele tinha uma serva egípcia chamada Agar, que lhe deu seu primeiro filho, Ismael, que está na raiz dos povos árabes e assim por diante, enfim. Se observarmos o modo como as Sagradas Escrituras Judaico-Cristãs se referem ao Egito, especialmente de forma profética, é impensável que Jeová pudesse ter “importado” uma prática cerimonial egípcia e transformado-a em sinal de uma de suas alianças com a humanidade e, para ser mais preciso, com o seu povo escolhido. Quando os hebreus adentraram o Egito, na época de Jacó, que já era Israel, e José, o governador, eles levaram a prática para dentro das terras do faraó. E a influência, poder e

Neto Curvina

autoridade de José eram tão grandes (**Gênesis 41:44**), que não seria nenhum absurdo aceitar que depois de 430 anos de convivência, boa parte dela pacífica, que a prática tenha sido absorvida pelos egípcios. Assim como a rejeição ao porco, que embora tenha sido determinada por Deus aos hebreus de forma incisiva somente após a saída do Egito, nos livros de Levítico e Deuteronômio, não faria sentido, como no caso da circuncisão, ser uma prática importada do misticismo egípcio, podendo ser colocada mais na antiga sabedoria herdada desde os tempos do dilúvio. De qualquer modo, Heródoto não pode nos ajudar muito nessa questão acerca do Faraó do Êxodo.

Em sua estupenda “Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica” o professor Norman Gottwald, após pertinentes ponderações, considera algo próximo ao século XIII a.C. como sendo uma das opções mais plausíveis acerca da data do êxodo, ainda que não descarte totalmente uma possibilidade mais remota, o século XV, tendo até citado o nome do Faraó que estava no poder: Tutmósis III. Cita, por fim, um estudioso, sem mencionar-lhe o nome, que acredita que o êxodo se deu sob o reinado de Ramessés III (1176-1145), expondo um argumento interessante. Enfim, temos um ponto de partida. Ainda que um espaço de tempo de três séculos não seja algo assim tão animador. Flávio Josefo, outra fonte íntegra, nos dá detalhes fabulosos sobre a volta de Moisés ao Egito, mas em nenhum momento menciona o nome do Faraó que recebe o hebreu do exílio.

Champlin, PhD, sugere que não Tutmósis III, mas seu filho, Amenófis II, estaria no trono no período do êxodo. Aí estaríamos falando de algo próximo a 1440 a.C., e ainda dentro do contexto do século XV e acrescenta que além dessa alternativa, ainda poderia ser levada em consideração a hipótese de Ramessés II estar envolvido no evento, e então voltamos ao século XIII (Champlin, R. N. Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia. Hagnos). Um dos métodos mais eficientes utilizado para datar o êxodo foi tomar como base a conquista de Canaã por Josué, mais especificamente a tomada de Jericó, que com mais evidências históricas do que a saída do Egito ocorreu por volta de meio século após o êxodo, essa, de fato, uma informação pertinente. Eruditos se debruçam sobre datas que vão de 1400 a.C. a 1350 a.C. Diversas cronologias foram traçadas, envolvendo, além da conquista de Canaã até a construção do Templo por Salomão, em 967 a.C. “As considerações bíblicas dão a entender cronologias mais longas antes e depois do êxodo. Nessa base é razoável considerar cerca de 1450 a.C. como uma data para o êxodo, dando margem para a migração de Jacó e seus filhos, na era quando os hicsos mantinham supremacia sobre o Egito” (Schultz, Samuel J. A História de Israel no Antigo Testamento. Vida Nova). E então voltamos ao século XV. Concorde com isso Peetz: “A estada no Egito teria durado de 1876 a 1446 (...)” (Peetz, Melanie. *O Israel Bíblico*. Paulinas). E destas conclusões tomamos que “Tutmés (ou Tutmósis) III morreu por volta de 1450, e seu filho legítimo, Amenófis II, sucedeu-lhe sem dificuldade” (Lévêque,

Neto Curvina

Pierre. As Primeiras Civilizações. Edições 70), o que converge com a ideia de Champlin, no início do parágrafo.

Enfim, longe de querer “bater o martelo” de forma conclusiva, o que temos são dois períodos que representam duas linhas de estudo para determinar o êxodo, que são o século XIII e o século XV. Mas se tivéssemos que optar por aquele que apresenta, ainda que de forma discreta, um número mais robusto – se é que isso é possível neste caso – de evidências arqueológicas e históricas, ficaríamos com o segundo período e, desta forma, aceitaríamos sem muitos problemas que quando Moisés retorna ao Egito após um longo exílio na Terra de Midiã, quem está no trono é Tutmés (ou Tutmósis) III, enteado de Hatshepsut, a única mulher a sentar no trono de um Faraó e reinar no Antigo Egito, por conta da menoridade do herdeiro legal do trono.

Leia também: [O deep state do deep state](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoeccidania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



